

A Terra e a Gente que nela vivia antes dos Portugueses

The Land and the People who lived there before the arrival of the Portuguese

Ivo Marcos Theis

Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil

<http://orcid.org/0000-0003-0128-2188>

Resumo: Neste artigo se tem o propósito de rastrear a trajetória dos grupos humanos com que se depararam os descobridores portugueses em abril de 1500 a partir um enfoque que combina análise histórico-regional e perspectiva geopolítica. Trata-se de apontar pistas que indiquem quem era a gente encontrada pelos primeiros portugueses, de onde ela saiu, como ela chegou onde foi ‘descoberta’, como ela interagia com o meio físico, como, aliás, era esse meio físico nos tempos que antederam o encontro entre indígenas e portugueses, enfim, o que aconteceu à gente e à terra após o primeiro contato. A hipótese é de que havia uma enorme diversidade de povos e biomas, ou seja, a gente e a natureza eram variadas em grau significativo. Conclui-se postulando um compromisso com a redenção da gente que, desde o séc. XVI, vem padecendo as agruras da conquista que se baseie em *recordação contínua e identificação afetiva*.

Palavras-chave: Brasil; história regional; indígenas.

Abstract: The purpose of this article is to trace the trajectory of the human groups encountered by the Portuguese discoverers in April 1500 from an approach that combines historical-regional analysis and geopolitical perspective. The aim is to point to clues that indicate who were the people encountered by the first Portuguese, where they came from, how they arrived where they were ‘discovered’, how they interacted with the physical environment, what this physical environment was like in the times before the encounter between the indigenous people and the Portuguese, in short, what happened to the people and the land after the first contact. The hypothesis is that there was an enormous diversity of peoples and biomes, that is, people and nature were varied to a significant degree. I conclude by postulating a commitment to the redemption of the people who, since the 16th century, have suffered the hardships of the conquest of Brazil that is based on *continuous remembrance and affective identification*.

Keywords: Brazil; indigenous people; regional history.

A TERRA E A GENTE QUE NELA VIVIA ANTES DOS PORTUGUESES

A terra daquelas regiões é muito fértil e amena, com muitas colinas, montes, infinitos vales, abundante em grandíssimos rios, banhada de saudáveis fontes, com selvas amplíssimas e densas, pouco penetráveis [...] as árvores crescem sem cultivador, muitas das quais dão frutos delectáveis no sabor [...]. Certamente, se o paraíso terrestre estiver em alguma parte da terra, creio não estar longe daquelas regiões (VESPUCCI, 2013, p. 9-10).

Não entram em conflito a fim de conquistar novos territórios, porquanto gozam ainda de uma uberdade natural que sem trabalhos nem fadigas lhes fornece tudo de que necessitam e em tal abundância que não teriam motivo para desejar ampliar suas terras. Têm ademais a felicidade de limitar seus desejos ao que exige a satisfação de suas necessidades naturais, tudo o que as excede lhes parecendo supérfluo (MONTAIGNE, 1984, p. 103-104).

Introdução

Os temas que serão tratados a seguir subordinam-se a um propósito mais geral, qual seja, o de rastrear a trajetória dos grupos humanos com que se depararam os descobridores portugueses em abril de 1500. É sabido que esses temas constituem matéria de polêmica infundável. Aliás, tudo aí parece continuar muito controverso, as maiores dúvidas pairando sobre datas. Há, é óbvio, uma razão para tanta controvérsia: a distância dos eventos em face dos tempos presentes. Ou seja, quanto mais se penetra no passado, menos evidências se obtêm. Logo, as dúvidas tendem a reduzir-se à medida que se afasta dos tempos mais remotos.

E o que se quer dizer com ‘rastrear a trajetória dos grupos humanos’ que viviam nas terras que viriam a ser o Brasil antes da chegada da expedição comandada por Cabral? A finalidade é apontar pistas que indiquem quem era a gente encontrada pelos descobridores portugueses, de onde ela saiu, como ela chegou onde foi ‘descoberta’, como ela interagia com o meio físico, como, aliás, era esse meio físico nos tempos que precederam o encontro entre indígenas (reconhecendo-se por indígena todo ser humano nascido no lugar que habita) e portugueses, enfim, o que sucedeu à gente e à terra após o primeiro contato. A hipótese é de que havia uma enorme diversidade de povos e biomas, ou seja, a gente e a natureza eram variadas em grau significativo, exceto se se considerar pontos específicos do espaço e momentos específicos do tempo, em que se verificará maior homogeneidade de um certo povo e de um dado bioma.

O intento anunciado, todavia, não seria de modo algum viável se não se procedesse a uma delimitação mínima. O quadro mais geral dentro do qual se procurará proceder ao referido ‘rastreamento’ é fornecido pelos estudos histórico-regionais, mas desde uma perspectiva geopolítica. Isso também demanda uma explicação: é evidente que não se vai mobilizar conceitos como “região” ou “regionalização” ou mesmo “território” e “territorialização” para se caracterizar os espaços pelos quais se moveram os grupos humanos em tempos tão distantes do presente. Contudo, para reunir pistas sobre a gente com que toparam os portugueses, sobre quem, afinal, eram esses primeiros brasileiros, sobre seus

modos de vida e sua relação com a natureza, procurar-se-á oferecer um contexto histórico-geográfico mínimo no interior do qual se passaram os eventos que aqui interessam.

Isto posto, cabe, então, informar que, para se levar a efeito o propósito anunciado, dividiu-se o texto em quatro seções. A primeira delas consiste nesta introdução. A segunda seção é dedicada à ocupação inicial das terras que viriam a ser o Brasil. A terceira seção é consagrada, propriamente, ao encontro inicial entre indígenas e portugueses e às implicações daí decorrentes. Por fim, a última seção corresponde a uma breve conclusão.

A ocupação inicial

A Terra, o planeta que abrigaria a vida humana e não-humana, parece ter algo como 4,54 bilhões de anos. Muito já se sabe a respeito de como ela evoluiu, do que nela permaneceria até o presente, de quais feições foi assumindo ao longo do tempo. Há mais de meio bilhão de anos, por exemplo, ganharia contornos mais bem definidos um supercontinente denominado Gondwana (ver figura 1). A sua existência se deveu a que um oceano, batizado de *Clymene*, tivesse desaparecido há cerca de 520 milhões de anos atrás (TOHVER *et al.*, 2010).

Figura 1 – O supercontinente Gondwana



Fonte: elaboração própria com base em CDGG/UFRJ e TOHVER *et al.* (2010); desenho de Ruy Lucas de Souza.

Entretanto, em consequência da atividade tectônica da Terra, há uns 180 milhões de anos, durante o período Jurássico (que remete às montanhas “Jura”, nos atuais Alpes franceses), iniciou-se um lento processo de desagregação de Gondwana, a começar com o progressivo afastamento entre a metade ocidental – que compreendia o que hoje são a África e a América do Sul – e a metade oriental – que correspondia ao que hoje são Madagascar,

Índia, Austrália e a Antártica. Por fim, há uns 140 milhões de anos, durante o período Cretácio, quando ainda faltava muito tempo para os pitecantropos – os semelhantes mais remotos do *Homo sapiens sapiens* – darem sinal de vida, o processo de fragmentação avançou a ponto de culminar com a separação, cada vez mais nítida, entre a África e a América do Sul.

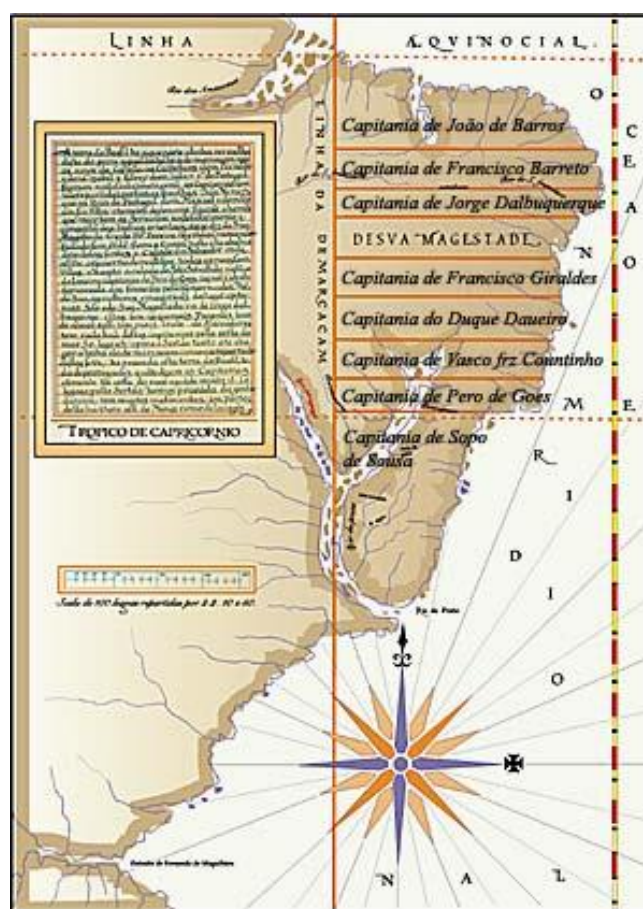
O que chama atenção é que, se se considerar períodos como os até aqui referidos, a América do Sul e – a partir da atual costa atlântica – o que hoje é o Brasil já tiveram maior proximidade física da África que da América do Norte.

Passados 140 milhões de anos, no ano 1500 d.C., o Brasil seria ‘descoberto’. É curioso, porém, que os descobridores, que eram *Homo sapiens sapiens* provenientes de uma terra chamada Portugal, ignorassem que ‘descobriram’ algo – outra terra – já descoberto um bom tempo antes – talvez, há mais de 12 mil, no mínimo, entre nove e oito mil anos atrás.

E o que é que os descobridores portugueses imaginaram ter descoberto? Uma terra de cuja existência já suspeitavam. Afinal, anos antes de as naus lusas zarparem de Lisboa e se depararem com o monte Pascoal, eles celebraram acordos com seus vizinhos, que então viviam em uma terra chamada Castela, para dividirem entre si o que fosse ‘achado’. Assim, a 7 de junho de 1494, quando já se haviam passado quase dois anos da ‘descoberta’ da América, a Coroa de Castela e o Reino de Portugal assinaram o Tratado de Tordesilhas, estabelecendo um meridiano – localizado a 370 léguas a oeste de Cabo Verde – para definir o que cabia a uma e o que a outro.

Assim nascia o Brasil, que, não obstante, já existia desde que a Terra era Terra, ela que, ao longo de milhões de anos, agruparia suas partes sólidas – a litosfera – para, em seguida, fragmentá-las. Assim nascia o Brasil, graças à desagregação de Gondwana – e, evidentemente, à astúcia dos iberos. Assim nascia o Brasil, ou melhor, se se pretende fazer justiça ao descobridor, assim nascia a Ilha de Vera Cruz, nome que, todavia, logo seria mudado para Terra de Santa Cruz. Como, porém, se tratava de uma ‘descoberta’ do Reino de Portugal, o nome ainda cambiaria para Província de Santa Cruz. E de 1527 em diante passar-se-ia a utilizar Santa Cruz do Brasil, nome que, não demoraria muito, seria suplantado por Terra do Brasil. Assim nascia o Brasil, uma porção de terra situada a leste do meridiano de Tordesilhas – que, com um extenso litoral banhado pelo Oceano Atlântico – à medida que seria penetrada, revelaria a presença de uma fauna e uma vegetação (que não se limitava às florestas...) até então desconhecidas. Essa porção de terra era, por assim dizer, natureza pura, intacta e de uma diversidade inimaginável, bastando referir à Serra do Mar, às inúmeras ilhas oceânicas, costeiras e fluviais, às macro-bacias hidrográficas do Amazonas e do Prata, tudo devidamente favorecido por correspondentes níveis de temperaturas e regimes de chuvas (COUTO, 1995, p. 19-38).

Figura 2 – O Tratado de Tordesilhas



Fonte: IBGE [disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/tratado-de-tordesilhas.html>. Acesso em: 4 abr. 2021]

Enfim, por ter sido ‘descoberto’ é que nascia o Brasil. Os descobridores portugueses ignoravam que essa porção de terra já havia sido ‘descoberta’ antes, que nela já havia gente. E como se explica a presença de gente antes da chegada dos primeiros portugueses? O certo é que o *Homo sapiens sapiens* só poderia estar no Brasil – e no restante da América e, a rigor, em qualquer outra porção da Terra – antes de 1500 d.C. porque caminhou muito, por muito tempo. Poder-se-ia, então, identificar uma porção da Terra onde o *Homo sapiens sapiens* possa ter surgido e a partir da qual iniciou sua jornada? As evidências sugerem que “[...] o *Homo sapiens* [tenha aparecido] pela primeira vez no planeta por volta de 150 mil anos antes do presente na África¹, e de lá se espalhou por todo o globo” (HUBBE *et al.*, 2003, p. 8; LAHR, 1997, p. 74).

O *Homo sapiens sapiens* tem entre os seus semelhantes – não antecedentes! – mais remotos os pitecantropos, que existiram entre seis e dois milhões de anos atrás. Os seus semelhantes menos remotos, conhecidos como *Homo erectus*, viveram entre 1,8 milhão e

100-200 mil anos atrás. Entre estes está, por exemplo, o *Homo heidelbergensis*, que parece ter existido entre 500 mil e 250 mil anos atrás. É pouco provável, contudo, que essas “espécies de homínídeos arcaicos” (LAHR, 1997), em virtude de terem desaparecido e não deixado descendentes, tenham tido influência sobre o *Homo sapiens sapiens*. Eis porque, neste específico contexto, não se pode falar de antecedentes.

Mas, se a espécie *Homo sapiens sapiens* surgiu na África em torno de 150 mil anos atrás², quando pode ter iniciado a sua jornada? E em direção a quais destinos? E por quais motivos? É provável que grupos de *Homo sapiens sapiens* tenham deixado o continente africano há uns 70 mil anos. Eles devem ter migrado “para a Ásia, seguindo a região costeira ao sul, de clima mais ameno, até atingir o sudeste da Ásia, por volta dos 60 mil anos atrás” (HUBBE *et al.*, 2003, p. 48). No entanto, as razões que levaram à migração não se limitam ao fator climático. É bem provável que outras causas tenham motivado aqueles primeiros grupos de *Homo sapiens sapiens* a iniciarem uma longa caminhada sem destino certo. Não obstante, foi graças à sua disposição de se colocarem em movimento que se tem “a presença de grupos humanos semelhantes aos africanos no sudeste asiático, na Austrália e nas Américas, respectivamente” (HUBBE *et al.*, 2003, p. 49).

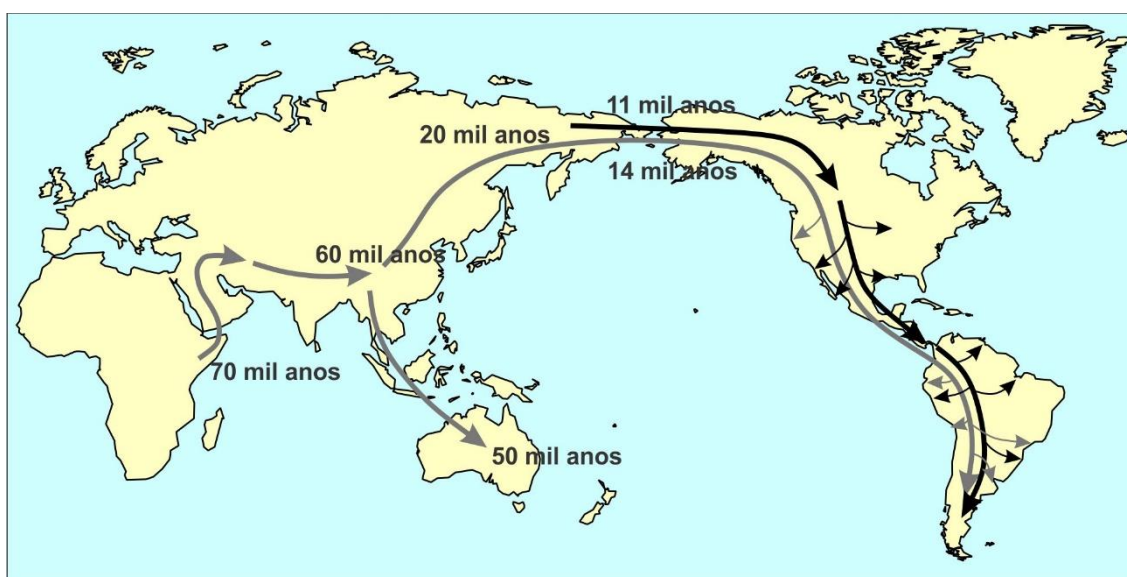
Portanto, se alguns representantes dos primeiros humanos, que surgiram na África, aproximadamente, 150 mil anos atrás, não tivessem saído em direção à Ásia e em seguida a outras porções mais distantes da Terra, os descobridores portugueses não apenas não se teriam deparado com outra gente – na sua recém-descoberta *Ilha de Vera Cruz* – como nem existiriam,

É improvável, portanto, que semelhantes mais remotos do *Homo sapiens sapiens* tenham vivido nas Américas. Uma razão importante é que não há vestígios convincentes de sua existência no continente, de forma que não poderiam ter surgido nessas porções da Terra e, a partir dela, migrado para outros continentes. Outra razão é que, sabendo-se que apareceram em outros continentes, não poderiam ter migrado – nem mesmo para as Américas – pelo fato de não reunirem as mesmas habilidades que caracterizariam o *Homo sapiens sapiens* (PROUS, 1997, p. 14). Portanto, a “ocupação inicial do território” nas Américas (MENESES, 1992) é uma façanha devida integralmente ao *Homo sapiens sapiens*. Sabendo-se, pois, que surgiu na África por volta de 150 mil anos atrás, como e quando ele alcançaria as Américas?

Tendo atingido o sudeste da Ásia há uns 60 mil anos (ver figura 3), grupos de *Homo sapiens sapiens* devem ter dado “continuidade ao processo migratório: inicialmente, para o sul, teria seguido aquela [frente] que deu origem aos aborígenes australianos, tasmanianos e melanésios; posteriormente, para o norte, a [frente] que deu origem aos primeiros americanos” (HUBBE *et al.*, 2003, p. 57).

Parece que, a despeito de evidências recentes, o mistério a respeito de como e quando o *Homo sapiens sapiens* alcançaria as Américas ainda não foi completamente desvendado. Contudo, é bastante provável que, há uns 40 mil anos, “um rebaixamento do nível dos oceanos deixou emersa uma larga faixa de terra entre a Sibéria e o Alasca” (PROUS, 1992, p. 119), propiciando a entrada dos primeiros grupos de *Homo sapiens sapiens*, de origem asiática, no continente.

Figura 3 – Rotas percorridas pelos primeiros grupos humanos que alcançaram as Américas



Fonte: adaptado de Hubbe *et al.* (2003, p. 57 [fig. 4.9]); desenho de Ruy Lucas de Souza.

Descenderia, então, essa gente com que se depararam os descobridores portugueses, em 1500 d.C., na sua recém-descoberta *Ilha de Vera Cruz*, dos contingentes de *Homo sapiens sapiens* que, vindos do sudeste asiático, adentraram as Américas há 40 mil anos? A esta questão se tem respondido negativamente – o que implica considerar que os descendentes dos grupos de *Homo sapiens sapiens* que ingressaram no continente há 40 mil anos talvez tenham desaparecido; e que os indígenas encontrados pelos descobridores portugueses talvez descendessem de grupos de *Homo sapiens sapiens* que adentraram as Américas posteriormente. Uma hipótese sugere, realmente, que diferentes contingentes de *Homo sapiens sapiens* teriam ingressado nas Américas em períodos distintos³.

Se, com base nessa hipótese, se tenha diferenciado dois contingentes de *Homo sapiens sapiens* ingressando no Novo Mundo, em dois períodos diferentes, ter-se-ia: primeiramente, grupos humanos mais antigos, não-mongoloides (semelhantes aos africanos e australianos atuais), os paleoíndios, provenientes do centro-sul da Ásia, cuja presença no continente americano dataria de aproximadamente 13.500 anos antes do presente; e, depois, os ancestrais dos povos atuais, de morfologia mongoloide, oriundos do nordeste da Ásia, cuja

presença no continente americano dataria de aproximadamente 11.000 anos antes do presente (NEVES *et al.*, 2003, p. 36-37; HUBBE *et al.*, 2003, p. 49; COSTA, 1980, p. 10 – NR2).

Assim, e apesar de várias dúvidas que continuam subsistindo em relação aos primeiros contingentes de *Homo sapiens sapiens* que adentraram o continente americano, tem sido defendido que “existem evidências sólidas que indicam a chegada de seres humanos ao Novo Mundo antes de 12.000 anos atrás” (DILLEHAY, 1997, p. 32).

E no caso da gente com que se depararam os descobridores portugueses, em 1500 d.C., na sua recém-descoberta *Ilha de Vera Cruz*? Descendia ela exclusivamente dos grupos humanos mongoloides? É possível que, em consequência de prováveis contatos que possam ter tido, tanto os contingentes iniciais, não-mongoloides, quanto os mais recentes, mongoloides, tenham contribuído “para a constituição dos povos que aqui estavam quando da chegada dos europeus” (HUBBE *et al.*, 2003, p. 51) a partir dos séculos XV/XVI. Todavia, tem sido sugerido “que as populações Clóvis⁴ não foram as primeiras a imigrar do Alasca até a Terra do Fogo”⁵. Ou seja: os contingentes de *Homo sapiens sapiens* que inicialmente ingressaram nas Américas podem não ter contribuído para o povoamento do sul do continente. De forma que aquela gente que recebeu os primeiros portugueses, em 1500, nas praias do sul da Bahia, poderia, de fato, não descender diretamente deles.

Mas, a resposta à questão referente aos antecedentes da gente que acolheu os descobridores portugueses, em 1500, na Ilha de Vera Cruz, requer que antes se elucide outro mistério: como e quando os contingentes humanos, partindo do que hoje é o Alasca, penetraram o sul do continente?

Pode ter sido num período aproximado de 30 mil anos atrás que grupos humanos – que já haviam alcançado o Novo Mundo há vários milênios – tivessem avançado em direção ao que hoje é a América do Sul⁶. No entanto, o processo de ocupação do subcontinente por aqueles contingentes iniciais completar-se-ia apenas há uns 10 mil anos antes do presente.

Há, com efeito, vestígios (sobretudo, arqueológicos) da presença de grupos humanos culturalmente diferenciados em diversos sítios da América do Sul – por exemplo, no Chile e, principalmente, no Brasil – que remontam ao período entre 11.200 e 13.000 anos atrás (PROUS, 2006, p. 15; HUBBE *et al.*, 2003, p. 59).

Tais vestígios, porém, não estariam relacionados aos indígenas encontrados pelos descobridores portugueses, mas a outros grupos humanos. Ou seja, tal como no caso das Américas em seu conjunto, considerou-se também para a América do Sul a hipótese de que contingentes distintos de *Homo sapiens sapiens* tivessem adentrado o subcontinente em períodos distintos. Assim, as evidências indicariam:

[...] uma grande diferenciação entre as populações pré-históricas sul-americanas de antiguidade paleoíndia e aquelas mais recentes [...] A morfologia craniana dos paleoíndios sul-americanos demonstra maior afinidade com a de grupos australianos e africanos e, em menor grau, com os polinésios, enquanto populações pré-históricas posteriores e também os grupos etnográficos da Terra do Fogo associam-se com os asiáticos orientais (NEVES *et al.*, 1997, p. 100).

Os vestígios relativos aos antecedentes das atuais populações indígenas – aquelas que acolheram os descobridores portugueses, em 1500, na Ilha de Vera Cruz – sugeririam uma descontinuidade. Eles apontariam uma mudança abrupta na morfologia craniana, devida não a um longo processo evolutivo, mas à entrada de um novo grupo populacional na América do Sul entre nove mil e oito mil anos antes do presente. Sendo as morfologias cranianas dos primeiros *Homo sapiens sapiens* identificadas no subcontinente consideravelmente diferentes das das atuais populações indígenas sul-americanas, pareceu realmente possível que dois grupos humanos distintos tivessem alcançado o sul das Américas em dois períodos distintos (NEVES *et al.*, 2003, p. 36, 39).

Logo, considerando os vestígios mencionados, bem como a diversidade de técnicas e de formas de vida, pareceu plausível que tivesse havido uma entrada inicial na América do Sul, entre 11.200 e 13.000 anos atrás, de contingentes de *Homo sapiens sapiens* que constituíram as populações paleoíndias do subcontinente; e uma entrada posterior, entre nove mil e oito mil anos antes do presente, de grupos humanos dos quais teriam descendido as populações indígenas com que topou a expedição portuguesa comandada por Cabral em 1500⁷.

É neste contexto, sobre o qual continuam pairando muitas incertezas, que talvez se possa tentar compreender não apenas quem era aquela gente que acolheu os descobridores portugueses, em 1500, nas praias do sul da Bahia, mas, também, quem era a outra gente, a que parece ter chegado antes e não deixado descendência, ao menos não direta. Ou seja, já não se trata, genericamente, de contingentes de *Homo sapiens sapiens* que alcançaram o sul das Américas, mas de grupos humanos que, no subcontinente, ocupariam o espaço geográfico compreendido pelo Brasil atual. As dúvidas a respeito de sua origem (alguma parte da Ásia...), das rotas que utilizaram (o estreito de Bering...) e das datas em que ingressaram (antes ou depois de 13.000 anos antes do presente), tal como para o caso mais amplo do continente e, mesmo, para o da América do Sul, persistem – apesar da confirmação de datações e da consistência de indícios (CARNEIRO DA CUNHA, 2012; PROUS, 1992; COSTA, 1980).

De que períodos se poderiam considerar datações e de que sítios se poderiam considerar indícios?

No período entre 11.000 e 12.000 anos antes do presente está documentada a presença de grupos humanos em sítios localizados nos atuais estados de Minas Gerais e Amazonas. No período mais recente entre 9.000 e 10.000 anos antes do presente, há indícios em maior quantidade em grande parte do atual Nordeste (Piauí, Pernambuco, Bahia), do Brasil

central (Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso) e, também, do Brasil meridional (Rio Grande do Sul). Esses vestígios sugerem que, já naqueles tempos, pode ter havido uma ocupação mais densa das terras que viriam a ser o Brasil, com uma razoável distribuição dos grupos humanos por suas várias regiões. Contudo, se tais vestígios reduzem o grau de incerteza quanto à existência de contingentes humanos em épocas remotas em diversos pontos do espaço geográfico correspondente ao Brasil atual, ainda se sabe pouco sobre as culturas pré-históricas, isto é, os costumes e hábitos desses grupos humanos, as técnicas e os artefatos que criaram, como, enfim, se relacionavam entre si e com a natureza (PROUS, 1997, p. 17-18; PROUS, 2006, p. 15-17).

Antes, contudo, de tratar dos grupos humanos dos quais descende a gente com que toparam os descobridores portugueses em 1500, e para os quais parece haver mais evidências, é pertinente referir aos contingentes de *Homo sapiens sapiens* que participaram do ingresso inicial na América do Sul, entre 11.200 e 13.000 anos atrás, e que constituíram as populações paleoíndias do subcontinente. Que registros existem de que estes últimos pisaram o chão do que viria a ser o Brasil? As evidências mais sólidas de que contingentes de *Homo sapiens sapiens* viveram no espaço geográfico correspondente ao Brasil atual entre 11.200 e 13.000 anos antes do presente vêm de Minas Gerais. No Planalto de Lagoa Santa, ao norte da capital, Belo Horizonte, foram encontrados inúmeros esqueletos que, com efeito, podem ser das populações que originalmente ingressaram nas Américas. Devido à semelhança que guardam entre si, esses esqueletos passaram a ser reconhecidos como sendo da “raça de Lagoa Santa” (PROUS, 2006, p. 17).

Os principais achados da *região* de Lagoa Santa remontam ao ano de 1971, quando uma missão franco-brasileira⁸ iniciaria, depois de várias sondagens, a escavação de Lapa Vermelha IV. Contudo, especialmente, um desses achados chamaria grande atenção da referida missão: foi descoberto em 1974/1975 um esqueleto feminino – na verdade, “um crânio admiravelmente bem conservado, semelhante a tantos outros retirados dos sítios de Lagoa Santa” (MENDONÇA DE SOUZA *et al.*, 2006, p. 32) – que passou a ser conhecido sob o nome de Luzia, com idade estimada, inicialmente, entre 11.000 e 11.500 anos, mas, revisada, posteriormente, para entre 12.500 e 13.000 anos (HUBBE *et al.*, 2003, p. 51-52).

Tem sido sugerido que as características cranianas dos esqueletos encontrados na *região* de Lagoa Santa, todos com idade parecida à de Luzia, sejam próximas das de populações australianas e africanas atuais ou de épocas passadas e, portanto, dessemelhantes de populações asiáticas atuais. Logo, seriam características distintas das de esqueletos encontrados em diversas *regiões* do Brasil com idade estimada entre 7.000 e 8.000 anos, estes apresentando uma morfologia mongolizada, semelhante à dos indígenas brasileiros atuais⁹. Este quadro, esboçado a partir dos achados de Lagoa Santa, é convergente com a hipótese de uma entrada inicial na América do Sul, entre 11.200 e 13.000 anos atrás, e uma entrada

posterior, entre nove mil e oito mil anos atrás (ver figura 4). As populações mongoloides que protagonizaram a entrada mais recente – talvez, por terem sido mais numerosas, talvez, devido ao predomínio de suas características genéticas no processo de cruzamento com integrantes remanescentes dos primeiros grupos humanos – teriam suplantado as populações que realizaram a migração inicial (PROUS, 2006, p. 20; MENDONÇA DE SOUZA *et al.*, 2006, p. 39).

Assim, considerando-se que o *Homo sapiens sapiens* apareceu em torno de 150 mil anos antes do presente na África, ele demorou mais de 135 mil anos para fazer a sua primeira incursão pelas terras que viriam a ser o Brasil. Contudo, as evidências indicam que os indígenas brasileiros atuais descenderiam não dos grupos humanos que protagonizaram aquela entrada inicial (entre 11.200 e 13.000 anos atrás), mas dos que realizaram a sua entrada posteriormente (entre nove mil e oito mil anos atrás). Cabe notar que essa “ocupação inicial do território” se dá no âmbito de uma impressionante amplitude geográfica, de norte a sul, de oeste a leste. Com efeito, de qualquer perspectiva que se a observe, a escala dessa ocupação revela, de um lado, a imensurável extensão do espaço ocupado e, de outro, a fragilidade dos contingentes populacionais que o foram ocupando. O fato de se considerar dois momentos distintos de ingresso do *Homo sapiens sapiens*¹⁰ não implica que os respectivos grupos humanos se tenham fixado numa e/ou noutra *região*. Ao contrário, os antes mencionados vestígios apontam não para a sua concentração geográfica, mas para a sua pulverização. O espaço ocupado/apropriado não importava a esses grupos humanos enquanto meio de produção ou recurso geopolítico, mas como “indispensável vetor da vida social”. Na realidade, o espaço articulava diversos domínios de sua existência, incluindo o da sobrevivência, mas não se limitando a ele, vez que abarcava tanto aspectos materiais quanto simbólicos (MENESES, 1992, p. 13-14).

Figura 4 – Entrada dos primeiros grupos humanos que chegaram à atual América do Sul



Fonte: adaptado de Funari; Noelli (2017, p. 27); desenho de Ruy Lucas de Souza.

A terra e a gente que nela vivia quando chegaram os portugueses

Milhares de anos se passariam entre a “ocupação inicial” das terras que viriam a ser o Brasil e o dia em que os descobridores portugueses avistaram o monte Pascoal. Entre esses dois momentos extremos os contingentes humanos pré-históricos deslocaram-se pelo imenso espaço geográfico, demorando-se onde as condições lhes pareceram mais favoráveis. Ao longo desse tempo modificaram seus costumes e hábitos e, também, aperfeiçoaram as técnicas e os artefatos que criaram. Enquanto alguns grupos permaneceram na condição de caçadores-coletores, outros, provavelmente, entre seis e cinco mil anos antes do presente, se tornaram mais sedentários, desenvolvendo alguma forma de agricultura¹¹. Inevitavelmente, alterar-se-iam os modos como se relacionavam entre si – por exemplo, entre os povos amazônicos as mulheres alcançaram destaque considerável, seja exercendo papéis de liderança, seja atuando como sacerdotisas – e como interagiam com a natureza. Assim, os grupos humanos com que depararam os primeiros portugueses já não poderiam ser mais os mesmos que protagonizaram a “ocupação inicial do território”.

O encontro que se deu entre os descobridores portugueses e os indígenas, nas praias do sul da Bahia, em abril de 1500, não pode ser dissociado do encontro anterior, o de 1492, que se deu entre a expedição espanhola comandada por Cristóvão Colombo e nativos da ilha centro-americana *La Española*. Este marcaria não apenas a *descoberta* da América¹², mas também o começo de uma nova era¹³. Daí que, antes de tratar do encontro entre a expedição comandada por Cabral e os grupos humanos que ocupavam as terras que viriam a ser o Brasil, convém referir brevemente às consequências do encontro de 1492 para os indígenas americanos.

A principal de tais consequências foi, certamente, a ameaça que o contato com os europeus significou para a própria vida dos nativos. Com efeito, de 1492 em diante verificar-se-ia verdadeiro “colapso demográfico” da população indígena que vivia no hemisfério ocidental (SMITH, 2017). E que dimensão pode ter tido o mencionado “colapso demográfico”?

[...] para dar somente uma ideia global [...] lembraremos que em 1500 a população do globo deve ser da ordem de 400 milhões, dos quais 80 [milhões] habitam as Américas. Em meados do século XVI, desses 80 milhões, restam 10 [milhões]. Ou, se nos restringirmos ao México: às vésperas da conquista, sua população é de aproximadamente 25 milhões; em 1600, é de 1 milhão (TODOROV, 2010, p. 191).

O “colapso demográfico” iniciou por *La Española*, atual Ilha de São Domingos (a segunda maior do Caribe depois de Cuba), na qual hoje se encontram a República Dominicana, que ocupa dois terços à leste, e o Haiti, que se localiza no terço ocidental da ilha. Em 1493, ano em que Cristóvão Colombo decidiu fundar o que viria a ser a primeira colônia europeia nas Américas, *La Navidad*, ela era habitada pelos Taínos, um dos diversos povos Aruaques. Os Taínos foram, portanto, os primeiros nativos a resistir à invasão espanhola. Contudo, a

superioridade dos invasores era tal que os povos Aruaques da ilha, que, em 1492, somavam algo em torno de 250 mil indivíduos, já não chegavam a 15 mil ao final do segundo decênio do século XVI.

Somente na faixa que vai do México, passando pela América Central e pelo Peru, até o Chile, apenas no período entre a chegada dos espanhóis e os anos 1560, podem ter sido vitimados cerca de 40 milhões de indígenas.

As causas que levaram ao “colapso demográfico” da população nativa são conhecidas. Em pouquíssimos anos, contingentes consideráveis de nativos desapareceram em decorrência de guerras (travadas contra os invasores), doenças (varíola, gripe, sarampo, tifo...), escravização, remoções e deslocamentos forçados e, claro, extermínio puro e simples. De maneira que – embora se houvesse considerado hipóteses como disponibilidade decrescente de alimentos e disputas por espaço entre grupos rivais – nenhuma causa mais decisiva explica o mencionado “colapso demográfico” que a entrada em cena dos europeus a partir de 1492 (SMITH, 2017).

Vista a partir dos números antes referidos, a ‘conquista da América’ foi um empreendimento que, pelo que representou de ameaça à vida dos nativos, bem pode ser caracterizado como genocida¹⁴. Um empreendimento, acrescente-se, que ganharia escala temporal e espacial cada vez mais ampla, isto é, cujos desdobramentos alcançariam cada centímetro quadrado do Novo Mundo ao longo do período que se estende desde a chegada dos espanhóis até o presente.

No que se refere à população americana nativa, estima-se que, no período de 1492 a 1900, tenham sido sacrificadas as vidas de 175 milhões de indivíduos em consequência do “holocausto indígena” perpetrado pelo empreendimento europeu (SMITH, 2017). Dada a dimensão do morticínio de nativos, decorrente da ‘conquista da América’, é de se admitir que “nenhum dos grandes massacres do século XX pode comparar-se a esta hecatombe” (TODOROV, 2010, p. 192).

E quanto, especificamente, ao encontro entre a expedição comandada por Cabral e os grupos humanos que ocupavam as terras que viriam a ser o Brasil, o que significou? Como se afirmou, os indígenas com que toparam os descobridores portugueses já não eram mais aqueles que realizaram a “ocupação inicial do território”. No entanto, ver-se-á que havia um imenso abismo entre uns e outros. O encontro, em si, já o revelará. Talvez, a imagem mais aproximada, embora pouco idílica, desse primeiro contato – que não deve ter sido menos intenso nem menos surpreendente que aquele travado em 1492 entre os nativos centro-americanos e os invasores espanhóis – possa ser descrita como segue:

A TERRA E A GENTE QUE NELA VIVIA ANTES DOS PORTUGUESES

Ao longo das praias brasileiras de 1500 se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes, mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Os navegantes barbudos, hirsutos, fedorentos de meses de navegação oceânica, escalavrados de feridas do escorbuto, olhavam, em espanto, o que parecia ser a inocência e a beleza encarnadas. Os índios¹⁵, vestidos da nudez emplumada, esplêndidos de vigor e de beleza, tapando as ventas contra a pestilência, viam, ainda mais pasmos, aqueles seres que saíam do mar (RIBEIRO, 2012, p. 44).

O que, afinal, queriam os portugueses recém-chegados? Como, aliás, se viam a si? E como viam aos nativos? Que consequências resultaram desse encontro para os indígenas que viviam nas terras que viriam a ser o Brasil? E para os descobridores portugueses, que passariam a se considerar seus donos?

Em contraste com os nativos, Cabral e sua gente se viam, naqueles dias de abril de 1500, como “gente prática, experimentada, sofrida, ciente de suas culpas oriundas do pecado de Adão, predispostos à virtude, com clara noção dos horrores do pecado e da perdição eterna” (RIBEIRO, 2012, p. 45). Já em oposição à gente de Cabral, “os índios nada sabiam disso. Eram, a seu modo, inocentes, confiantes, sem qualquer concepção vicária, mas com claro sentimento de honra, glória e generosidade, e capacitados, como gente alguma jamais o foi, para a convivência solidária” (RIBEIRO, 2012, p. 45). Ignorantes de qualidades como essas, os portugueses recém-chegados consideravam que:

[...] aquela indiada louçã, de encher os olhos só pelo prazer de vê-los, aos homens e às mulheres, com seus corpos em flor, tinha um defeito capital: eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestança. Que é que produziam? Nada. Que é que amealhavam? Nada. Viviam suas fúteis vidas fartas, como se neste mundo só lhes coubesse viver (RIBEIRO, 2012, p. 45).

Se a imagem acima pode traduzir, minimamente, o primeiro encontro travado entre os indígenas e os descobridores portugueses em abril de 1500, então se pode concordar que, de fato, havia um imenso abismo entre anfitriões e recém-chegados. Para os primeiros:

[...] o mundo era um luxo de se viver, tão rico de aves, de peixes, de raízes, de frutos, de flores, de sementes, que podia dar as alegrias de caçar, de pescar, de plantar e colher a quanta gente aqui viesse ter. Na sua concepção sábia e singela, a vida era dádiva de deuses bons [...] (RIBEIRO, 2012, p. 44-45).

Em completo desacordo com a visão dos nativos, para os portugueses recém-chegados “a vida era uma tarefa, uma sofrida obrigação, que a todos condenava ao trabalho e tudo subordinava ao lucro” (RIBEIRO, 2012, p. 47). Aí implícito está o propósito que os animava a se lançarem aos mares (inclusive, os nunca dantes navegados), a buscarem terras distantes (mesmo que desconhecidas), a arriscarem suas próprias vidas. Assim, para os recém-chegados:

[...] o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouros e glórias, ainda que estas fossem principalmente espirituais [...] Para alcançá-las, tudo lhes era concedido, uma vez que sua ação de além-mar, por mais abjeta e brutal que chegasse a ser, estava previamente sacramentada pelas bulas e falas do papa e do rei (RIBEIRO, 2012, p. 44).

Evidentemente, para os indígenas, as consequências decorrentes desse primeiro contato seriam sobretudo graves – afinal, os recém-chegados não mais sairiam das terras que, até há pouco, lhes eram desconhecidas e das quais logo passariam a se considerar donos. Como já foi dito, os grupos humanos com que depararam os descobridores portugueses se encontravam em tais terras havia alguns milhares de anos. No entanto, para os recém-chegados a surpresa do encontro inicial pode ser atribuída à sua ignorância – que, cinco séculos depois, parece ter diminuído muito pouco¹⁶.

Com relação à quantidade, consta que “no Brasil do século XVI, quando da chegada dos portugueses, viviam cerca de mil povos distintos com uma população de 2 milhões a 5 milhões de pessoas” (AZEVEDO, 2008, p. 19). Embora, em um primeiro momento, estes sejam números que poderiam causar espanto, parece razoável estimar “a população indígena brasileira [como tendo sido] superior a 5 milhões de habitantes quando chegaram aqui os primeiros europeus” (RIBEIRO, 2008, p. 62).

Tal como ocorreu no encontro anterior, o de 1492, entre a expedição espanhola comandada por Colombo e os nativos centro-americanos, também o encontro entre a expedição portuguesa comandada por Cabral e os indígenas que ocupavam as terras que viriam a ser o Brasil desencadeou um “colapso demográfico”. Se se aceitar que em 1500 havia aproximadamente cinco milhões de nativos, expressões como holocausto, hecatombe e genocídio também podem ser aplicados a este caso, já que passados apenas 70 anos, em 1570, restavam somente 800 mil nativos – em 1957, remanesciam 70 mil (AZEVEDO, 2008, p. 19).

Que causas provocaram a diminuição da população indígena nas terras que viriam a ser o Brasil? São basicamente duas as motivações *deste* “colapso demográfico”: as epidemias e a escravização (RIBEIRO, 2008, p. 71; HOLANDA, 2011, p. 93). No caso das epidemias – “normalmente tidas como o principal agente da depopulação indígena” (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 14) – incluem-se inúmeras moléstias, destacando-se a gripe, o sarampo e a varíola (HOLANDA, 2011, p. 123). No caso da “escravização dos índios para trabalharem para o invasor” (RIBEIRO, 2008, p. 61), embora desgraçadamente ainda persista a “lenda da inadaptação do índio para o trabalho” (HOLANDA, 2011, p. 101-126), nada a ilustra melhor que sua caça pelos “paulistas”, ao longo de dois séculos, para serem vendidos “nos engenhos do Nordeste” e aí serem consumidos no eito (RIBEIRO, 2008, p. 72-73).

Não deve haver dúvida, pois, que também pelas terras que viriam a ser o Brasil se deu um “colapso demográfico” da população indígena, para o qual concorreram, ademais das já referidas epidemias e escravização, ainda outras causas:

O exacerbamento da guerra indígena, provocado pela sede de escravos, as guerras de conquista e de apresamento em que os índios de aldeia eram alistados contra os índios ditos hostis, as grandes fomes que tradicionalmente acompanhavam as guerras, a desestruturação social, a fuga para novas regiões das quais se desconheciam os recursos [...], a exploração do trabalho indígena, tudo isso pesou decisivamente na dizimação dos índios (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 15).

De maneira que, em geral, as consequências decorrentes desse primeiro contato seriam extraordinariamente graves para os indígenas. Tendo sido ou contagiados por “novas doenças que o invasor transmitia, ou transformados na triste carne de um negócio ignóbil, escusas transações de terras e de braços” (HOLANDA, 2011, p. 93), em pouquíssimo tempo foram reduzidos a menos de 20% do que eram antes da chegada dos descobridores portugueses.

Assim é que a civilização se impõe, primeiro, como uma epidemia de pestes mortais. Depois, pela dizimação através de guerras de extermínio e da escravização. Entretanto, esses eram tão-só os passos iniciais de uma escalada do calvário das dores inenarráveis do extermínio genocida e etnocida (RIBEIRO, 2012, p. 47).

Todavia, os números mencionados – que, em si, mal traduzem a dimensão do calvário perpetrado pelos agentes que viabilizaram a conquista – ocultam o verdadeiro alcance do “extermínio genocida e etnocida”, sobretudo, em termos de perdas irreversíveis das diversidades, tanto dos numerosos povos que habitavam as terras que viriam a ser o Brasil quanto de suas respectivas culturas, aí inclusas as línguas que esses povos falavam.

Uma primeira classificação mais sistemática, que data da passagem do séc. XVI para o séc. XVII, revelaria a existência de 104 nações ameríndias, agrupadas (principalmente, com base no tronco linguístico) em dois grandes grupos, os *Tupis* e os *Tapuias*: “Os Tupis usavam uma língua que posteriormente se torna geral, chamada ‘língua geral da costa’, e os Tapuias, que eram populações Jês, uma língua completamente diferente, de grande dificuldade de compreensão”¹⁷.

É possível que os primeiros portugueses realmente conhecessem pouco os indígenas brasileiros, talvez, por se interessarem por eles apenas com o propósito de apresá-los e escravizá-los. Aliás, consta que, apenas no início do séc. XVII, quando se teria iniciado a exploração do interior, lhes tenha ficado demonstrada a grande diversidade dos povos que viviam nas terras que viriam a ser o Brasil. Mais tarde, o conhecimento acerca dessa diversidade foi se tornando mais refinado. Assim, se saberia que, além do grande tronco *Tupi-guarani*, também havia os dos *Jê* e dos *Nu-aruak* que, juntos, ocupavam territórios mais amplos, pelo menos, até a entrada do séc. XVII (ver figura 5).

Parece não haver dúvidas de que os povos do tronco Tupi – incluindo: *Potiguara*, *Tupiniquim*, *Tabajara*, *Caeté*, *Tupinambá*, *Tupinaém*, *Temiminó*, *Tamoio*, *Carijó* e *Tape* –

sobressaíam em comparação com os demais. Eles ocupavam, em quase toda a sua extensão, a faixa mais próxima do litoral, desde o Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul¹⁸. Consta que impunham a sua língua tanto às tribos rivais quanto aos europeus com os quais cultivavam alguma forma de contato. Com efeito, a assim chamada ‘língua geral’ – e não o português – era falada, nos séculos iniciais da conquista, tanto pelos indígenas quanto pelos brancos (COSTA, 1980, p. 122, 155, 159).

Figura 5 – Distribuição das tribos indígenas no espaço geográfico correspondente ao Brasil atual



Fonte: adaptado de Costa (1980, p. 158); desenho de Ruy Lucas de Souza.

Se, nos contatos iniciais dos brancos com os indígenas, a sua imagem era a de seres brutos, ignorantes e infelizes, com o tempo (portanto, na medida em que se passava a conhecê-los melhor) passou a predominar uma imagem oposta. Assim, mais recentemente, os indígenas ‘se tornaram’ seres puros e inocentes que viviam em completa harmonia com seus iguais e com a natureza. As evidências sugerem que ambas essas imagens são exageradas, isto é, são pontos extremos que se manifestaram apenas como exceções. Na realidade, havia uma grande diversidade de grupos indígenas no vasto espaço geográfico compreendido pelo Brasil atual. Assim, é compreensível que também houvesse diferentes formas de interação no interior de cada grupo, entre os diversos grupos e com a natureza. Se, por um lado, ficaram conhecidas práticas que poderiam despertar admiração¹⁹, por outro, também foram constatadas práticas que podem ser consideradas condenáveis – como a queima de matas, o rapto de mulheres e crianças, a captura de inimigos para serem sacrificados etc. (PROUS, 2006, p. 90-91).

A diversidade dos grupos indígenas existentes nas terras que viriam a ser o Brasil também tem correspondência com as técnicas que dominavam e os valores culturais que cultivavam. Assim, em geral, tem se admitido uma superioridade técnica e sociocultural dos povos pré-colombianos da América espanhola em relação aos grupos indígenas que viviam no Brasil antes de 1500. Todavia, o caso do “complexo indígena do Alto-Xingu” – que pode não ser o único – parece aportar evidências que, pelo menos, em parte, contrariam a concepção de que os povos originários da Amazônia eram “incapazes de mover-se além dos limites estreitos do ambiente”. Essas evidências, de fato, sugerem “maior diversidade dos processos sociais e formas de estruturação da vida política na região” no período que precedeu a chegada dos primeiros portugueses (FAUSTO, 2005, p 14-15).

No que se refere às línguas faladas pelos povos originários, estima-se que a sua diversidade era tal que, antes da chegada da expedição portuguesa comandada por Cabral, há mais de 500 anos atrás, se falavam mais de 1,2 mil línguas diferentes²⁰. Era o resultado de um longo processo de ocupação do espaço geográfico correspondente ao Brasil atual, de adaptação às suas condições físico-naturais, de crescimento demográfico, de progressiva diferenciação sociocultural. Desta, inevitavelmente, tomaria parte a diversificação / fragmentação linguística – o que explica a quantidade de línguas faladas pelos grupos indígenas que viviam no Brasil antes de 1500 (RODRIGUES, 2016, p. 191; RIBEIRO, 2008, p, 59). De maneira que, neste caso específico, se evidencia melhor o alcance do “extermínio genocida e etnocida” antes referido, já que a ele se podem associar perdas irreversíveis em relação às línguas, que desapareceram na mesma medida em que desapareceram os povos que as falavam²¹. Para se ter uma ideia dessas perdas, se antes da chegada dos primeiros portugueses se falavam mais de 1,2 mil línguas nas terras que viriam a ser o Brasil, “presentemente, são faladas [...] 181 línguas indígenas” (RODRIGUES, 2005, p. 35).

O desaparecimento de mais de mil línguas indígenas nos últimos cinco séculos decorreu de “um processo colonizador extremamente violento e continuado, o qual ainda perdura” (RODRIGUES, 2005, p. 36). As relações assimétricas entre a sociedade brasileira e as minorias indígenas que a integram – historicamente, desfavoráveis para estas últimas – indicam indiferença em face à diversidade linguística: embora “a população total dos povos indígenas [seja] agora de cerca de 190.000 pessoas, [...] destas só cerca de 160.000 falam as 180 línguas indígenas” (RODRIGUES, 2016, p. 187) ainda existentes.

Em síntese: o surpreendente encontro entre, de um lado, os grupos humanos que, há milhares de anos, ocupavam as terras que viriam a ser o Brasil e, de outro, os descobridores portugueses produziria consequências extraordinariamente perniciosas para os primeiros. Entre as mais nefastas entre tais consequências chamam atenção: a impressionante “depopulação indígena”, provocada, sobretudo, pelas epidemias e pela escravização; a assombrosa perda da diversidade de povos e de suas respectivas culturas; e, no contexto destas, a espantosa redução das línguas faladas antes da ‘conquista’.

Conclusão

O propósito neste artigo era rastrear (no sentido de ‘apontar pistas’ sobre) – desde um enfoque que combina a análise histórico-regional e a perspectiva geopolítica – a trajetória dos grupos humanos com que se depararam os descobridores portugueses em abril de 1500. Sabe-se que este tema continua sendo objeto de controvérsia. De maneira que não surpreende que, “mais de cinco séculos após o contato com o Novo Mundo e depois de milhares de páginas que expuseram, defenderam e combateram dezenas de teorias, a origem dos primeiros habitantes do continente americano continua sendo alvo de acalorados debates” (FERNANDES; KALIL, 2017, p. 295).

Se, não obstante, algumas pistas que permitam responder às questões formuladas na introdução podem ser encontradas nas seções precedentes, resta oferecer uma conclusão mínima e, tanto quanto possível, dela extrair um compromisso factível de redenção.

No que se refere à conclusão, talvez se devesse optar por não concluir – o que, aliás, estaria de acordo com a natureza do conteúdo tratado neste artigo. Todavia, se se partir da hipótese inicialmente formulada, de que havia uma grande variedade de povos e biomas, de que a gente e a natureza eram diversas em medida apreciável, o que daí se insinua é uma perda, uma *dolorosa perda*. A “ocupação inicial”, como visto, se deu no contexto de uma amplitude histórico-geográfica impressionante: um longo processo de ocupação do imensurável espaço geográfico compreendido pelo Brasil atual culminaria numa extraordinária diversidade de povos, culturas e biomas. E, então, chega a expedição portuguesa comandada por Cabral.

A chegada dos descobridores portugueses ocorre no âmbito da ‘conquista da América’. 1492 é, com efeito, um ano decisivo para a expansão da ‘civilização’ – que, inquestionavelmente, era europeia. O que se vem chamando de globalização tem aí os seus primórdios. Desde então, os modos de vida, as técnicas e os valores dos conquistadores vêm sendo infligidos aos nativos – frequentemente, com violência. A partir do primeiro encontro realizar-se-ia, pois, uma espécie de ‘acumulação primitiva’ que favoreceria não apenas a anexação das terras descobertas aos domínios das potências europeias da época, mas, sobretudo, a inserção dessas terras aos circuitos de valorização do capital. Este lado da globalização, porém, tem como contraparte a *perda* antes referida. Em decorrência da violência com que se impôs a cultura dos conquistadores, a impressionante heterogeneidade de povos, culturas e biomas seria reduzida aos números mencionados na seção precedente. Assim, a impressionante diversidade das populações indígenas, de suas culturas (de suas línguas...) e do meio físico sofreria uma *perda dolorosa*, irreparável, irreversível.

No que, por fim, se refere a um compromisso com a redenção da gente que, de 1500 em diante, padeceu as agruras da conquista, parece sensato: de um lado, *não esquecer* que os indígenas somavam mais de cinco milhões quando foram ‘descobertos’ pelos portugueses, tendo sido reduzidos aos atuais 190 mil; e, de outro, *identificar-se afetivamente* com as vítimas da conquista, que acabaram sendo dizimadas em decorrência de epidemias e escravidão. *Não esquecer* significa recordar continuamente as milhões de vítimas da conquista – que merecem ser devidamente reparadas. *Não esquecer* é concretizar o encontro secreto marcado entre a geração atual e as gerações passadas²² – que precisam ser devidamente redimidas. E *identificar-se afetivamente*²³ significa romper com os opressores, aqueles que têm marchado por sobre os que foram vencidos no passado. *Identificar-se afetivamente* com as milhões de vítimas da conquista implica considerar as possibilidades concretas de sua reparação.

Evidentemente, a redenção da gente que, de 1500 em diante, padeceu as agruras da conquista já não se apresenta como um empreendimento científico-acadêmico, mas como um desafio político, que requer tanto *recordação contínua* quanto *identificação afetiva*, portanto, engajamento decidido ao lado dos que até o presente têm sido vencidos.

¹ “Adão e Eva eram negros? Na África começou a viagem humana pelo mundo. Dali nossos avós se lançaram à conquista do planeta; e os que mais se afastaram da África, os que mais se afastaram do sol, receberam os tons mais pálidos na divisão das cores. Agora nós todos, as mulheres e os homens, arco-íris da terra, temos mais cores que o arco-íris do céu e somos todos africanos imigrados. Talvez nos neguemos a recordar nossa origem comum porque o racismo produz amnésia, ou porque acaba sendo impossível, para nós, acreditarmos que naqueles tempos remotos o mundo inteiro era nosso reino, imenso mapa sem fronteiras, e nossas pernas eram o único passaporte necessário” (GALEANO, 2008, p. 1-2).

² “[...] os fósseis mais antigos de *Homo sapiens* se encontram na África, assim como os indícios mais antigos de mudanças tecnológicas que posteriormente vieram a caracterizar a cultura e o comportamento do homem moderno” (LAHR, 1997, p. 74).

³ “[...] é bem provável que grupos humanos [não-mongoloides] oriundos do centro-sul da Ásia tenham chegado ao continente americano através do que é hoje o estreito de Bering, muito antes da gênese e do estabelecimento da morfologia especializada dos mongoloides [oriundos do nordeste da Ásia], daí a maior afinidade aparente entre os mais antigos habitantes do Novo Mundo e as populações de morfologias generalizadas como nossas amostras australianas e africanas” (NEVES *et al.*, 1997, p. 100).

⁴ *Clóvis* é uma referência aos grupos de *Homo sapiens sapiens* considerados os mais antigos das Américas. Eles teriam alcançado o continente, cruzando o Estreito de Bering quando o nível do mar entre a Sibéria e o Alasca teria baixado o suficiente para propiciar a sua travessia. O nome é devido ao fato de que artefatos, datados de 13.500 a 13.000 anos antes do presente, foram encontrados próximos à localidade de Clovis, no Novo México/EEUU. Contudo, as evidências, acumuladas ao longo de algumas décadas, não permitem mais sustentar o modelo de povoamento baseado nos sítios *Clóvis* (DIAS, 2019; MENDONÇA DE SOUZA *et al.*, 2006).

⁵ Cf. Dillehay (1997, p. 32). A aceitação deste fato revela que “a opinião arqueológica internacional começa[va] a aceitar a idéia de que existiram no hemisfério sul populações pelo menos tão antigas quanto as de *Clóvis*” (PROUS, 1997, p. 21).

⁶ Veja-se Prous (1992, p. 119). Esta suposição é reforçada por evidências não-arqueológicas: “os estudos genéticos, tanto em nível de proteína como de DNA, têm fornecido importantes contribuições para a análise e eventual solução da questão da origem de nossos indígenas. Atualmente há consenso quanto à entrada no continente através do estreito de Bering, mas dúvidas quanto ao número de ondas migratórias. As análises genéticas apontam para uma data de entrada situada ao redor de 30.000 anos” (SALZANO, 1997, p. 43).

⁷ “Os povos indígenas recentes e sub-recentes teriam descendido de grupos mongoloides que seguiram a mesma rota migratória, em um momento posterior. Tais povos seriam, então, considerados descendentes da segunda leva migratória no nordeste da Ásia” (HUBBE *et al.*, 2003, p. 58).

⁸ Essa missão foi liderada por Annette Laming-Emperaire, tendo dela participado os arqueólogos Águeda Vilhena, Maria Beltrão, André Prous e Niède Guidon, além do paleontólogo Fausto Cunha, entre outros pesquisadores nacionais e estrangeiros (HUBBE *et al.*, 2003; MENDONÇA DE SOUZA *et al.*, 2006).

⁹ “A reconstituição facial de Luzia não deixa dúvidas de que ela não se parece com os índios atuais [...] seu rosto se assemelha ao de uma mulher de origem africana” (HUBBE *et al.*, 2003, p. 56).

¹⁰ Esta hipótese está sendo agora mais fortemente contestada; ver, a propósito, Posth *et al.* (2018).

¹¹ De maneira que aí se estava na presença da “[...] propriedade tribal [*Stammeigentum*]. Ela corresponde à fase não desenvolvida da produção, em que um povo se alimenta da caça e da pesca, da criação de gado ou, no máximo, da agricultura. [...] a propriedade tribal pressupõe uma grande quantidade de terras incultas. [...] a divisão do trabalho é, ainda, bem pouco desenvolvida e se limita a uma maior extensão da divisão natural do trabalho que já existia na família [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 90).

¹² “[...] a descoberta da América, ou melhor, a dos americanos, é sem dúvida o encontro mais surpreendente de nossa história [...] O encontro nunca mais atingirá tal intensidade” (TODOROV, 2010, p. 5-6).

¹³ “[...] a conquista da América [...] anuncia e funda nossa identidade presente. Apesar de toda data que permite separar duas épocas ser arbitrária, nenhuma é mais indicada para marcar o início da era moderna do que o ano de 1492 [...]” (TODOROV, 2010, p. 6).

¹⁴ Tzvetan Todorov (2010, p. 5-6) afirma, categoricamente, que “o século XVI veria perpetrar-se o maior genocídio da história da humanidade”. E mais adiante reitera: “Se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse” (TODOROV, 2010, p. 191).

¹⁵ “Quem a deu [a alcunha de índios aos povos encontrados pelos portugueses], e o motivo por que o fez, não se averiguou, ao certo, mas a verdade é que por índios foram tratados, como índios encaminhados à Europa, e ainda como índios vieram a interessar os cronistas” (COSTA, 1980, p. 121).

¹⁶ É certo que há conhecimento razoável (talvez, suficiente) sobre muitos povos indígenas brasileiros. Se, por um lado, Capistrano de Abreu (2000) dedicou apenas dez páginas aos “antecedentes indígenas”, há, por outro, estudos sobre a formação do Brasil que devotam bem mais atenção para “as sociedades indígenas” (COUTO, 1995, p. 39-118). Uma aproximação inicial é propiciada por Azevedo (2008) que, em poucas páginas, cita dados do século XVI e também apresenta um panorama da situação atual dos indígenas no Brasil. Contudo, parece haver poucas dúvidas de que, realmente, se sabe “pouco da história indígena: nem a origem nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu” (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 11).

¹⁷ Essa classificação foi realizada pelo padre Fernão Cardim (2009, nota de rodapé 37, à página 200) em seu *Tratado sobre os índios*. Originalmente, escrito entre 1585 e 1601, o *Tratado* de padre Cardim seria publicado, parcialmente, pela primeira vez, em inglês, no ano de 1625; integralmente, em português, ele seria conhecido apenas dois séculos mais tarde, em 1847.

¹⁸ Na primeira viagem que fez ao Brasil, em 1550 (portanto, meio século antes que o padre Cardim escrevesse seu *Tratado sobre os índios*), Hans Staden (2014 [1556], p. 56) anotou, com razoável precisão: “os portugueses que vivem ali [São Vicente] são amigos de uma tribo dos brasileiros, os Tupiniquins, cujo domínio se estende por cerca de oitenta milhas para dentro da terra e cerca de quarenta milhas ao longo da costa. Ao norte e ao sul moram inimigos dessa tribo. Os inimigos ao sul são os Carijós, e ao norte, os Tupinambás. Estes últimos também são chamados de Tabajaras pelos seus inimigos, o que simplesmente quer dizer inimigo”.

¹⁹ Em sua segunda viagem, em 1556, ao topar com os Tupinambás, Hans Staden registraria que “quem pegar muitos peixes dá aos que ficaram com menos” (2014, p. 139); isso lhe revelava que eram “muito solidários entre si; o que um tiver a mais de comida que o outro, lhe dá” (idem, p. 146); assim, concluiu que “entre os selvagens, não há um governo constituído e não há privilégios” (idem, p. 145).

²⁰ Um inventário detalhado das línguas indígenas brasileiras pode ser obtido em Rodrigues (2013).

²¹ Com efeito, as “línguas [indígenas], desde o descobrimento do Brasil [...], têm estado continuamente submetidas a um processo de extinção (ou mesmo de exterminação)” (RODRIGUES, 2016, p. 192).

²² Na “Tese II” de *Sobre o conceito de história* lê-se: “[...] dann besteht eine geheime Verabredung zwischen den gewesenen Geschlechtern und unserem” (BENJAMIN, 1991, p. 694).

²³ Na “Tese VII” de *Sobre o conceito de história* lê-se: “Es ist ein Verfahren der Einföhlung” (BENJAMIN, 1991, p. 696).

Referências

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800** (= Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro). 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

AZEVEDO, Marta Maria. Diagnóstico da população indígena no Brasil. **Ciência e Cultura**, 60 (40) p. 19-22, 2008.

BENJAMIN, Walter. “Über den Begriff der Geschichte”. In: TIEDEMANN, R.; SCHWEPPEHÄUSER, H. (Org.) **Walter Benjamin**: gesammelte Schriften. Frankfurt a.m.: Suhrkamp, p. 691-704, 1991.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil** (transcrição, introdução e notas de Ana Maria de Azevedo). São Paulo, Hedra, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

COSTA, Angyone. **Introdução à arqueologia brasileira**: etnografia e história. 4 ed. São Paulo: Ed. Nacional; INL/MEC, 1980.

COUTO, Jorge. **A construção do Brasil**: ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de quinhentos. Lisboa: Ed. Cosmos, 1995.

DIAS, Adriana Schmidt. Um réquiem para Clovis. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, 14 (2), p. 459-476, 2019.

DILLEHAY, Tom D. Onde estão os remanescentes ósseos humanos do final do Pleistoceno? Problemas e perspectivas na procura dos primeiros americanos. **Revista USP**, N. 34, p. 22-33, 1997.

FAUSTO, Carlos. Entre o passado e o presente: mil anos de história no Alto Xingu. **Revista de Estudos e Pesquisas**, 2 (2), p. 9-51, 2005.

FERNANDES, Luiz E. O.; KALIL, Luís G. A. De onde vieram os índios? Os debates sobre o povoamento do continente americano no período colonial. In: BERTAZONI, C.; SANTOS, E. N.; FRANÇA, L. M. (Org.) **História e arqueologia da América indígena**: tempos pré-colombianos e coloniais. Florianópolis: Ed. UFSC, p. 295-308, 2017.

GALEANO, Eduardo. **Espelhos**: uma história quase universal. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O índio no Brasil". In: COSTA, Marcos (Org.) **Sérgio Buarque de Holanda**: escritos coligidos (livro I, 1920-1949). São Paulo: Ed. UNESP; Fund. Perseu Abramo, p. 93-173, [1940] 2011.

HUBBE, Mark; MAZZUIA, Estevan T. A.; ATUI, João P. V.; NEVES, Walter. **A primeira descoberta da América**. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 2003.

LAHR, Marta M. A origem dos ameríndios no contexto da evolução dos povos mongoloides. **Revista USP**, N. 34, p. 70-81, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Trad. R. Enderle; N. Schneider; L. C. Martorano. São Paulo: Boitempo, [1845-1846] 2007.

MENDONÇA DE SOUZA, Sheila M. F.; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SILVA, Hilton P.; LOCKS, Martha. "Revisitando a discussão sobre o Quaternário de Lagoa Santa e o povoamento das Américas: 160 anos de debates científicos". In: RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SILVA, Hilton P.; LOCKS, Martha (Org.) **Nossa origem**: o povoamento das Américas (visões multidisciplinares). Rio de Janeiro: Vieira & Lent, p. 19-43, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A construção original do território americano. **Revista USP**, N. 12, p. 8-15, 1992.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio**. Trad. Sérgio Milliet. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, p. 100-106 [capítulo XXXI, “Dos canibais”], 1984.

NEVES, Walter A.; ZANINI, Maria do Carmo; MUNFORD, Danusa; PUCCIARELLI, Héctor M. O povoamento da América à luz da morfologia craniana. **Revista USP**, N. 34, p. 96-105, 1997.

NEVES, Walter A.; PROUS, André; GONZÁLEZ- JOSÉ, Rolando; KIPNIS, Renato; POWELL, Joseph. Early Holocene human skeletal remains from Santana do Riacho, Brazil: implications for the settlement of the New World. **Journal of Human Evolution**, 45 (1), 19-42, 2003.

POSTH, C. *et al.* Reconstructing the deep population history of Central and South America. **Cell**, N. 175, p. 1185-1197, 2018.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Ed. UnB, 1992.

PROUS, André. O povoamento da América visto do Brasil: uma perspectiva crítica. **Revista USP**, N. 34, p. 8-21, 1997.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RIBEIRO, Darcy. Brasil: terra dos índios. In: FERRAZ, Isa G. (Org.) **Darcy Ribeiro**: utopia Brasil. São Paulo: Ed. Hedra, p. 59-74, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência e Cultura**, 57 (2), p. 35-38, 2005.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas indígenas brasileiras**. Brasília/DF: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, 2013. 29p. Disponível em: <<http://www.laliunb.com.br>>. Acesso em: 26 agosto 2019.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, 8 (2), p. 187-195, 2016.

SALZANO, Francisco M. As origens extracontinentais dos primeiros americanos: as evidências dos sistemas genéticos clássicos. **Revista USP**, N. 34, p. 34-43, 1997.

SMITH, David Michael. “Counting the dead: estimating the loss of life in the indigenous holocaust, 1492-present”. In: SPENCER, Mark B. (Org.) **Representations and realities**: proceedings of the twelfth Native American Symposium. Durant: Southeastern Oklahoma State University, p. 7-17, 2017.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**: primeiros registros sobre o Brasil. Trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre: L&PM, 2014 [1556].

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 4 ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010.

TOHVER, E.; TRINDADE, R. I. F.; SOLUM, J. G.; HALL, C. M.; RICCOMINI, C.; NOGUEIRA, A. C. Closing the Clymene ocean and bending a Brasiliano belt: evidence for the Cambrian formation of Gondwana, southeast Amazon craton. **Geology**, 38 (3), p. 267-70, 2010.

VESPUCCI, Amerigo. **Novo mundo**: as cartas que batizaram a América (= Coleção biblioteca básica brasileira; 38). Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

Sobre o autor:

Ivo Theis é Economista, Ph.D. em Geografia Humana pela Eberhard-Karls Universität Tübingen (Alemanha), com Pós-Doutorados em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (2008) e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2017), docente-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau – SC. E-mail: theis@furb.br